

## FAMÍLIAS COMPLEXAS: TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

*Pedro Vasconcelos*

Resumo A partir de uma análise de dados censitários, procurar-se-á traçar as grandes tendências evolutivas dos agregados domésticos de famílias complexas em Portugal, de 1991 para 2001. Com o intuito de caracterizar essa forma específica de organizar a vida familiar, analisar-se-á a estrutura familiar interna da complexidade, bem como o perfil social dessa população. A variação inter-regional da complexidade familiar, objecto clássico do olhar sociológico e antropológico, será igualmente analisada. Ao longo da análise procurar-se-á indicar algumas das pistas explicativas para a progressiva diminuição da importância relativa da complexidade no panorama global das estruturas domésticas em Portugal.

Palavras-chave Estruturas domésticas, agregados complexos, censos, NUT III.

As estruturas formais da coabitação doméstica são um elemento central para a compreensão não só das modalidades “organizacionais” da vida familiar, mas também para a explicação das dinâmicas sociais dos grupos familiares e, por conseguinte, das tendências estruturais dos modos de reprodução social das sociedades.

Foram os historiadores da família (ver Laslett e Wall, 1972) a proporem que o grupo ou agregado de co-residência possa ser identificado a partir da sua estrutura doméstica, na qual se define quer o tipo de laço que existe entre os vários membros do agregado, quer o tipo e o número de núcleos familiares que constituem o grupo.<sup>1</sup>

Desde cedo os historiadores do Grupo de Cambridge (ver Hammel e Laslett, 1974) tiveram em atenção as situações onde os agregados domésticos não se quedavam pela existência de núcleos familiares simples,<sup>2</sup> comportando ainda, para além do núcleo, outras pessoas ou mesmo outros núcleos. Em ambas as situações estamos face ao que se convencionou chamar de agregados domésticos de famílias complexas.<sup>3</sup> Na primeira destas duas situações estamos em face de agregados alargados, na segunda em face de agregados múltiplos.<sup>4</sup>

Esta questão da complexidade doméstica foi desde cedo um tópico central de discussão nalgumas das análises das formas de organização e reprodução familiar

---

1 Os laços entre os vários membros do agregado podem ser de consanguinidade, de aliança, de trabalho, de afinidade, etc.

2 Quer fossem conjugais (com ou sem filhos) ou monoparentais (um pai ou uma mãe com filhos).

3 Ou, na sua forma mais abreviada, agregados domésticos complexos.

4 Estas duas situações de complexidade doméstica correspondem às categorias IV e V da proposta de classificação de Hammel e Laslett (1974): agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas) e agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento).

**Quadro 1** Evolução das estruturas domésticas complexas em Portugal, 1991 e 2001 (valores absolutos e percentagens)

Portugal	1991		2001		Taxa de variação
	N	%	N	%	
Total de agregados domésticos	3147286	100,0	3650757	100,0	16,0
Agregados domésticos sem núcleo familiar	523351	16,6	711461	19,5	35,9
Agregados domésticos de famílias simples	2185252	69,4	2560432	70,1	17,2
Agregados domésticos de famílias complexas	438683	13,9	378864	10,4	-13,6
<i>Agregados alargados</i>	315273	10,0	264774	7,3	-16,0
casal sem filhos com outros	86232	2,7	70124	1,9	-18,7
casal com filhos com outros	190115	6,0	147841	4,0	-22,2
monoparentais com outros	38926	1,2	46809	1,3	20,3
pai com filhos	5502	0,2	6104	0,2	10,9
mãe com filhos	33424	1,1	40705	1,1	21,8
<i>Agregados múltiplos</i>	123410	3,9	114090	3,1	-7,6
com 2 núcleos	117179	3,7	109692	3,0	-6,4
dois núcleos conjugais	85167	2,7	65996	1,8	-22,5
um núcleo conjugal e um núcleo monoparental	27349	0,9	34451	0,9	26,0
dois núcleos monoparentais	4322	0,1	7006	0,2	62,1
outros	341	0,0	2239	0,1	556,6
com 3 ou mais núcleos	6231	0,2	4398	0,1	-29,4

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

em Portugal, já que, na senda do trabalho de Le Play e seus discípulos (como Des-camps e Poincard), se entendeu que, nas sociedades rurais camponesas (nomeada-mente de pequena propriedade), prevaleceria um sistema de família-tronco, neces-sariamente complexo e multigeracional.

De facto, Portugal apresentava níveis elevados de complexidade doméstica, mais a norte do que a sul do país. Esta diferença regional, aliás, levou a uma repre-sentação algo ideal-típica das formas de organização da vida familiar e doméstica: no norte a concentração doméstica propiciadora de complexidade, orientada para a perpetuação da casa camponesa; no sul a neolocalidade propiciadora da nuclea-rização conjugal. Mas uma série de estudos vieram desmontar uma caracterização tão simples, apontando a multiplicidade de formas e estratégias familiares e do-mésticas no mundo camponês nortenho (particularmente minhoto) (ver, por exemplo, Wall, 1998).

Independentemente das diferenças regionais relativas (que são reais e não devem ser descuradas), é necessário ter em atenção que, em Portugal, a complexidade doméstica sempre constituiu uma forma minoritária de organização familiar. Mas entre ser minoritária e negligenciável existe uma diferença considerável. A importância do peso relativo da complexidade na segunda metade do séc. XX marca o panorama familiar nacional e devemos ques-tionar-nos sobre a evolução dessa importância (também a nível das diferenças inter-regionais), bem como sobre alguns dos contextos familiares e sociais a ela associados.

Um primeiro elemento que pode ser avançado é o de que a complexidade doméstica tem vindo paulatinamente a perder peso relativo e absoluto no conjunto das estruturas domésticas portuguesas (ver quadro 1).

Verificou-se, de facto, entre 1991 e 2001, uma diminuição de 3,5% do peso relativo dos agregados domésticos de famílias complexas na estrutura global dos agregados domésticos em Portugal. Esta diminuição é o resultado não só do aumento global do número de agregados domésticos, particularmente daqueles constituídos por pessoas sós e também dos agregados domésticos de famílias simples, que faz diminuir a importância relativa das situações de complexidade doméstica, mas igualmente da real diminuição do número absoluto de agregados domésticos complexos. De facto, verificamos que estes, além de passarem de 13,9% para 10,4%, apresentam uma taxa de variação negativa (-13,6%), resultado da diminuição do seu número de um pouco menos de 440 mil para um pouco menos de 380 milhares.<sup>5</sup>

Se esta tendência para a diminuição do peso e do número das situações de complexidade doméstica se vinha já desenhando desde 1960, constatamos que o ritmo da queda se acentuou na década de 1990. Esta diminuição será porventura o resultado das profundas transformações sociais verificadas em Portugal. Por um lado, a melhoria substancial das condições de existência da população portuguesa poderá ter retirado peso a estratégias de concentração doméstica como resposta às dificuldades de acesso a habitação própria. Por outro lado, os movimentos globais de urbanização, autonomização e individualização, patentes igualmente numa série de outros indicadores sociodemográficos e familiares (ver, por exemplo, Almeida e outros, 1998), terão reforçado as dinâmicas neolocalistas inscritas nos modelos conjugais e familiares europeus, bem como erodido formas de organização familiar e doméstica em torno da casa e da (pequena) propriedade agrícola com alguma incidência regional (nomeadamente no norte litoral de Portugal).

Esta diminuição da importância percentual dos agregados domésticos complexos significa, igualmente, a diminuição do peso relativo das duas grandes modalidades de complexidade doméstica: por alargamento e por multiplicidade.

São os agregados domésticos alargados que mais perdem peso relativo e absoluto, quando comparados com os múltiplos. Se não tomarmos em consideração as situações de núcleos monoparentais a viverem com outras pessoas (particularmente o caso das mães com filhos a viverem com outras pessoas) que, mantendo mais ou menos a sua importância relativa, aumentam em absoluto, verificamos que as situações de casais (com ou sem filhos) a viverem com outras pessoas sofrem quedas marcadas. Tal fenómeno poderá estar relacionado, como veremos mais à frente, com um crescente isolamento doméstico dos idosos.

Todos estes casos, que associam complexidade doméstica a núcleos conjugais, têm também tendência para diminuir nas circunstâncias de

---

5 Quanto ao aumento das pessoas sós, sublinhe-se que é uma tendência comum a vários países ocidentais. Ver Roussel (1986).

multiplicidade doméstica. De facto, os agregados domésticos múltiplos, que diminuem igualmente de importância relativa e absoluta (embora não de maneira tão vincada como as situações de alargamento), perdem peso essencialmente devido à diminuição dos casos de coabitação entre dois ou mais núcleos conjugais. Tal como nos agregados domésticos alargados, verificamos que os casos de multiplicidade onde estão presentes situações de monoparentalidade (ou mesmo monoavengalidade) aumentam de número, ainda que tal não provoque alteração significativa no panorama relativo global.

Esta evolução global dos agregados domésticos de famílias complexas, que comporta a sua diminuição relativa e absoluta, quer nos casos de agregados alargados (onde o número de casais, com ou sem filhos, a viverem com outras pessoas diminui) quer nos de múltiplos (onde diminui o número de casos de coabitação entre dois ou mais casais), ainda que associada a um aumento das situações de complexidade que integram casos de monoparentalidade, é consentânea com as grandes tendências de transformação da estrutura global dos agregados domésticos em Portugal, entre 1991 e 2001: o aumento das pessoas sós (nomeadamente dos idosos sós) e o aumento, no que respeita às famílias simples, dos agregados domésticos monoparentais e de casais sem filhos (os primeiros aumentando em todas as formas de organização doméstica, os segundos subtraindo-se a situações de complexidade doméstica).

### **Perfil da complexidade doméstica (1991-2001)**

Vistas as grandes tendências evolutivas dos agregados domésticos de famílias complexas em termos do seu número relativo e absoluto e tendo já sido identificadas algumas das dinâmicas estruturais que estão na base das transformações observadas, cabe questionarmo-nos sobre as características internas da complexidade doméstica. Quais são, então, as particularidades dos agregados alargados e múltiplos face, nomeadamente, aos simples? Qual o perfil dos agregados complexos no respeitante aos tipos de núcleos familiares que os compõem? Qual a estrutura etária, sexual e educacional dessa população? Estas não são meras questões de caracterização sociográfica dessa forma específica de viver a vida familiar que é a complexidade doméstica. São, acima de tudo, questionamentos sociológicos sobre as determinações relativas que produzem ou estão na base de estratégias de complexidade familiar e doméstica, assim permitindo-nos vislumbrar algumas das linhas centrais de força aí existentes (ver quadro 2).

Ao analisarmos o perfil familiar da complexidade doméstica constatamos que, apesar de em comparação com o perfil familiar dos agregados de famílias simples não haver nunca uma alteração da ordem de importância relativa dos diferentes tipos de núcleos familiares, existem diferenças significativas na proporção exacta que cada um desses tipos de núcleos tem em cada circunstância de organização

**Quadro 2** Perfil social dos agregados domésticos complexos em Portugal, 1991 e 2001 (percentagem em coluna)

Portugal	Agregados									
	1991					2001				
	complexos	alargados	múltiplos	simples	total	complexos	alargados	múltiplos	simples	total
<i>Perfil familiar</i>										
Casal com filhos	53,2	60,3	44,4	63,2	61,2	48,1	55,8	39,2	58,7	56,9
Casal sem filhos	32,9	27,4	39,8	28,8	29,6	31,9	26,5	38,1	31,4	31,5
Monoparentais	13,9	12,3	15,8	8,0	9,2	20,0	17,7	22,7	9,9	11,6
<i>Grupos etários<sup>1</sup></i>										
<15 anos	19,6	19,0	21,1	21,9	20,0	16,7	15,3	19,1	17,6	16,1
15-19 anos <sup>2</sup>						7,1	7,7	6,1	7,1	6,7
15-17 anos <sup>3</sup>	5,6	6,2	4,0	5,7	5,2					
20-29 anos <sup>2</sup>						16,1	14,2	19,2	15,7	15,6
18-29 anos <sup>3</sup>	21,2	19,5	25,4	18,8	18,6					
30-49 anos	22,2	23,0	20,2	28,3	26,0	24,3	24,2	24,5	30,6	28,6
50-64 anos	16,9	16,7	17,3	16,0	16,8	17,4	17,9	16,5	16,9	17,1
>64 anos	14,6	15,5	12,0	9,4	13,4	18,4	20,6	14,6	12,1	15,9
<i>Sexo<sup>4</sup></i>										
Homens	45,5	44,0	48,4	50,2	47,6	44,7	43,3	47,3	50,0	47,6
Mulheres	54,5	56,0	51,6	49,8	52,4	55,3	56,7	52,7	50,0	52,4
<i>Escolaridade<sup>5</sup></i>										
S/ nível de ensino	33,4	37,3	23,2	11,1	14,8	11,2	9,9	14,2	7,2	7,7
Básico 1º ciclo	47,9	42,5	61,7	56,2	54,8	54,3	50,7	62,5	44,2	45,5
Básico 2º/3º ciclo	11,5	12,6	9,0	16,9	16,0	17,5	19,3	13,4	22,2	21,6
Secundário	4,2	4,4	3,5	8,2	7,5	10,1	11,7	6,2	15,5	14,6
Médio/Bacharelato	0,9	0,9	0,9	1,7	1,6	1,2	1,4	0,9	1,4	1,4
≥ Licenciatura	2,1	2,3	1,7	5,9	5,3	5,7	7,0	2,8	9,8	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas: 1) População residente; 2) 2001; 3) 1991; 4) População residente com 15 ou mais anos;

5) Representantes dos agregados domésticos.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

doméstica. De facto, se são sempre os casais com filhos o tipo de núcleo familiar mais comum em qualquer situação doméstica (quer em 1991, quer em 2001), verificamos que a complexidade tem um maior número relativo de situações de monoparentalidade, quer comparando com o total nacional, quer com as situações de simplicidade doméstica.

Este é particularmente o caso dos agregados domésticos múltiplos, onde a percentagem de núcleos familiares monoparentais é cerca do dobro do total nacional. Nestas situações de multiplicidade doméstica avultam, igualmente, os casos de casais sem filhos. Este panorama indicia que a multiplicidade doméstica estará, muitas vezes, associada a formas de coabitação doméstica entre um casal e um jovem progenitor com filhos (mãe na maioria das situações). Por sua vez, a complexidade por alargamento, devido à importância que aí têm os casais com filhos (ainda que em menor valor do que no total nacional e, particularmente, do que no caso dos agregados simples), e não deixando de apresentar também uma percentagem elevada de situações de monoparentalidade (mesmo que menor do

que a encontrada nos agregados múltiplos), indicia provavelmente que estamos aqui perante formas de acolhimento de idosos sós, eventualmente progenitores de um dos membros do casal.<sup>6</sup>

Estas características, e tomando em consideração o seu acentuar de 1991 para 2001, levam-nos a pensar, apesar da diversidade de situações que possam existir, que a complexidade doméstica está crescentemente associada ao acolhimento de núcleos familiares monoparentais, e não tanto ao acolhimento quer de pais idosos (embora tal ainda se verifique, mas cada vez mais em menor número), quer de jovens casais com impossibilidade de autonomização residencial (e nos quais um dos elementos do jovem casal seria porventura filho ou filha do casal mais velho). O que daqui ressalta, a par das tendências neolocalistas e de isolamento doméstico dos idosos acima indicadas e que estarão associadas à diminuição da complexidade doméstica, é a fragilidade social de muitas das situações de monoparentalidade, onde poderão não existir recursos suficientes para uma efectiva autonomização residencial e social.

Que a complexidade está crescentemente associada à monoparentalidade é algo igualmente indicado pela estrutura etária da população residente em agregados domésticos múltiplos, quer em 1991, quer em 2001, já que se pode constatar a importância dos grupos etários até aos 15 anos de idade e entre os 20 e 29 anos (18 a 29 para 1991) — tal indicia a presença de um jovem progenitor com seu(s) filho(s). Por sua vez, nos agregados domésticos alargados constata-se o peso da população com 65 anos ou mais, o que aponta para situações de apoio residencial coabitante a idosos que, mesmo podendo diminuir globalmente nas estruturas domésticas portuguesas, avultam cada vez mais (pelo seu aumento entre 1991 e 2001) no interior das situações de alargamento doméstico.

Esta característica dos agregados domésticos alargados é igualmente reforçada pelo facto de estes apresentarem uma estrutura sexual onde o peso das mulheres é superior ao encontrado em qualquer outra forma de organização doméstica, dada, nomeadamente, a maior percentagem de idosas no conjunto da população idosa. De toda a maneira, verifica-se que nas situações de complexidade existem sempre mais mulheres que homens, algo que não acontece nas famílias simples (onde a distribuição tende a ser mais equilibrada). Este desequilíbrio, ainda que ligeiro, vem igualmente reforçar a ideia de que a complexidade está associada, por um lado, ao acolhimento de núcleos monoparentais<sup>7</sup> (particularmente no caso dos agregados múltiplos) e, por outro, ao acolhimento de idosas (mais no caso dos agregados alargados). A complexidade configura-se, portanto, como estratégia de apoio em circunstâncias ou situações de relativa

---

6 A monoparentalidade na complexidade por alargamento traduz muitas vezes situações em que uma pessoa só acolhe um seu filho ou filha e respectivo(s) filho(s). Esta modalidade doméstica não se inscreve nas famílias simples devido à existência de netos. Considera-se assim estarmos perante um núcleo monoparental alargado a outra pessoa, mesmo que essa outra pessoa seja progenitora do pai ou mãe do núcleo monoparental, e mesmo que, em muitas situações, seja essa outra pessoa a acolher o núcleo monoparental.

7 Já que a maioria das situações de monoparentalidade dizem respeito a casos de mães com filhos.

carência ou dificuldade (social, económica, médica, etc.). Que assim é confirmam-no também, em parte, os dados relativos à estrutura educacional apresentada pelos representantes dos agregados domésticos, já que, globalmente, os agregados domésticos complexos apresentam níveis de escolaridade mais baixos quer do que as famílias simples, quer do que o total nacional dos representantes dos agregados domésticos.

De facto, olhando para os dados relativos a 2001 (ainda que em 1991 esta tendência geral se verifique também), constata-se que a percentagem de representantes dos agregados domésticos complexos que não têm qualquer nível de escolaridade ou então apenas possuem o ensino básico de 1.º ciclo (no máximo a antiga 4.ª classe) é consideravelmente superior à encontrada nas situações de simplicidade doméstica. Inversamente, a percentagem de representantes de agregados simples que detêm uma licenciatura é claramente superior àquela encontrada nos agregados complexos.

Estas diferenças são particularmente marcantes no que se refere aos representantes dos agregados múltiplos, já que estes apresentam perfis escolares ainda mais desqualificados do que os dos agregados alargados. É neste ponto que se verificam alterações importantes ao longo da década em análise.<sup>8</sup> Em 1991 o perfil educacional dos representantes dos agregados alargados, ainda que com uma ligeiríssima maior presença relativa (face aos representantes dos agregados múltiplos) nos graus escolares superiores ao 1.º ciclo do ensino básico, era dominado por situações sem escolaridade, daí que apresentasse um perfil global mais desqualificado. A inversão deste panorama, não alterando a relativa menor qualificação global dos agregados complexos face aos simples, nem apagando a diversidade de situações existentes, indicia provavelmente uma alteração na natureza social de muitos dos agregados complexos.

Enquanto em 1991 a complexidade por alargamento estaria ainda associada, de maneira clara, a sectores populacionais muito desqualificados e às suas estratégias de acolhimento de parentes idosos (nomeadamente progenitores), já em 2001, não deixando de se verificar uma associação algo semelhante, o acolhimento de idosos é em maior número protagonizado por uma população mais escolarizada.<sup>9</sup> Nos casos dos agregados múltiplos, mais em 2001 do que em 1991 (onde já o eram bastante), estes parecem estar crescentemente acantonados em condições sociais desqualificadas e, de resto, crescentemente associadas à monoparentalidade.

---

8 Mesmo tendo em consideração a alteração global dos níveis qualificacionais da população portuguesa, ou, mais especificamente, dos representantes dos agregados domésticos.

9 Apesar de tudo, esta indicação não invalida o facto de esta ser uma população menos qualificada do que a população total, nem o facto de o acolhimento de idosos ter vindo a perder importância nas situações de complexidade por alargamento, como o atesta o aumento do número de idosos sós.

### Idosos, isolamento doméstico e complexidade

Como vimos, tudo indica que a diminuição da complexidade doméstica está fortemente associada ao crescente isolamento doméstico das categorias mais idosas da população.

Esta hipótese é validada pela correlação verificada entre a percentagem de agregados complexos por NUT III e o mesmo tipo de percentagens respeitantes quer às pessoas sós, quer, mais especificamente, aos idosos sós (quadro 3).

Constatamos, portanto, que em 2001 a variação da complexidade no plano inter-regional (a nível das NUT III) está inversamente associada à mesma variação de pessoas e idosos sós. Quer isto dizer que nas zonas onde se verifica maior complexidade, menor é o peso relativo das pessoas sós. Esta correlação é particularmente elevada no caso dos idosos sós.

De facto, podemos verificar que, entre 1991 e 2001, não só se deu um aumento dos idosos sós (avultam nomeadamente os casos de mulheres idosas sós), como a percentagem de idosos a viver em complexidade baixou significativamente (quadro 4).

Cremos, portanto, que o incremento, nos anos 90 do séc. XX, da diminuição da complexidade, apesar do aumento de núcleos monoparentais em complexidade, se deve essencialmente a movimentos globais de individualização que reforçam, por um lado, o neolocalismo dos jovens casais e, por outro lado, a autonomia, desejada ou não, dos idosos.<sup>10</sup>

**Quadro 3** Correlação entre a complexidade, as pessoas sós e os idoso sós, variação inter-regional, 2001

Agregados complexos	Pessoas sós	Idosos sós
	-0,654 p<0,01	-0,8042 p= 0,000

**Quadro 4** Idosos sós e idosos em complexidade, 1991 e 2001

Sexo	Idosos sós		Idosos em complexidade	
	1991	2001	1991	2001
Total	18,2	19,7	25,5	19,6
Homens	9,6	10,4	22,2	16,6
Mulheres	24,4	26,5	27,9	21,9

10 De 1991 para 2001, a percentagem de agregados domésticos de famílias complexas diminui, a nível nacional, 3,5%. Esta diminuição, de 1960 para 1991, é de apenas 1,5%, menos de metade da registada nos últimos dez anos do séc. XX.

### **Evolução regional da complexidade doméstica (1991-2001)**

Como vimos no início, muitas das discussões sobre a complexidade doméstica centravam a sua atenção nas diferenças inter-regionais, particularmente entre o norte e o sul do país (ver, por exemplo, Rowland, 1997). Se esta questão não esgota a problemática da complexidade, nem anula as grandes tendências estruturais acima constatadas (nomeadamente a da diminuição global da complexidade doméstica), não pode, no entanto, ser descurada, já que existem reais e marcadas diferenças no tocante ao peso relativo da complexidade doméstica nas diferentes regiões do país.

Verificamos, aliás, que essas diferenças estruturam, *grosso modo*, um espaço geográfico diferenciado segundo linhas de demarcação algo tradicionais: norte/sul e interior/litoral. Assim, quando analisamos os dados sobre a complexidade doméstica regional de 1960 a 2001 (quadro 5), constatamos, no âmbito da sua queda tendencial, a permanência de algumas grandes regularidades. Mas existem igualmente rupturas marcantes.

Em termos regionais, uma proporção muito alta de agregados complexos encontra-se, ainda em 2001, no Minho-Lima e nas ilhas, logo seguidas pelas outras regiões do norte (com complexidade alta ou média-alta), formando uma mancha territorial onde se pode observar uma certa continuidade entre 1960, 1991 e 2001 (figura 1). Em contraste, os níveis mais baixos de complexidade observam-se, em 2001, sobretudo em toda a faixa interior que vai das Beiras ao Alentejo Central, mas também no Pinhal Litoral e no Médio Tejo. Nas restantes regiões do país encontramos valores médios um pouco abaixo da média nacional. De facto, os contrastes, em termos de percentagem de complexidade, fazem-se entre a faixa mais litoralizada a norte e a faixa interior do país.

Em relação às mudanças observadas, desde 1960, na distribuição regional da complexidade, a grande alteração dá-se na Grande Lisboa e regiões circundantes, cuja proporção de agregados complexos desce significativamente até ser média-baixa em 2001.<sup>11</sup> Com menos envergadura e mais tardia (de 1991 para 2001) é igualmente a diminuição da complexidade no Grande Porto (que passa de muito alta para média-alta).

Outra alteração expressiva verifica-se, de 1960 para 1991, com um ligeiro aumento da complexidade no Baixo Alentejo, Cova da Beira, Beira Interior Norte e Douro. Estas regiões, com a excepção do Douro que se mantém estável, diminuem de complexidade em 2001. Marcante é, igualmente, a diminuição da complexidade no Algarve que, de alta, em 1960 e 1991, passa a média-baixa, em 2001.

As restantes regiões do país apresentam alguma estabilidade, sendo de registar alguma diminuição da intensidade da complexidade no Pinhal Interior Sul e Norte, bem como na Serra da Estrela.

Em 2001, o panorama é mais simples do que em anos censitários anteriores,

---

11 Sendo, em 1960, muito alta na Grande Lisboa e Península de Setúbal.

**Quadro 5** Agregados domésticos complexos por NUT III, 1960 a 2001 (percentagem)

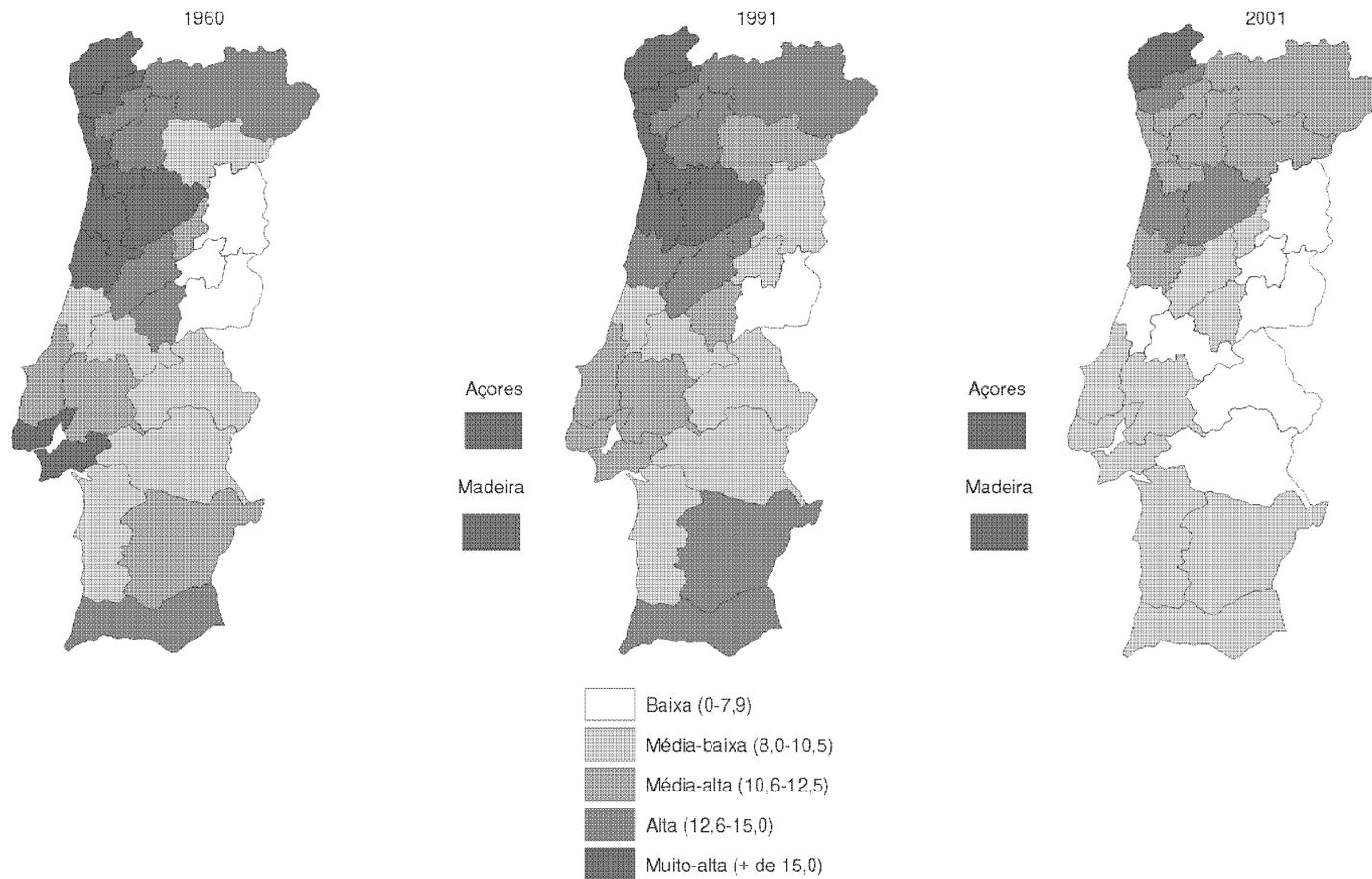
NUT III <sup>2</sup>	Agregados							$\Delta$ 1991-2001
	1960 <sup>1</sup>	1991			2001			
	complexos	alargados	múltiplos	complexos	alargados	múltiplos	complexos	
Portugal <sup>3</sup>	15,4	10,0	3,9	13,9	7,3	3,1	10,4	-3,5
Minho-Lima	20,4	14,0	6,9	20,9	10,8	6,4	17,2	-3,7
Cávado	19,7	12,1	5,9	18,0	8,7	6,0	14,7	-3,3
Ave	14,9	10,1	4,8	14,9	7,6	4,5	12,1	-2,8
Grande Porto	19,1	11,3	5,3	16,6	7,7	3,3	11,0	-5,6
Tâmega	13,0	9,4	4,1	13,5	7,2	4,3	11,4	-2,1
Entre Douro e Vouga	18,7	10,7	6,4	17,1	7,6	4,3	11,9	-5,2
Douro	10,5	10,1	2,3	12,4	7,8	3,1	10,9	-1,5
Alto Trás-os-Montes	13,9	11,8	2,8	14,6	8,3	2,8	11,1	-3,5
Baixo Vouga	19,3	11,8	6,1	17,9	8,8	4,9	13,7	-4,2
Baixo Mondego	15,2	10,4	3,4	13,8	7,6	3,8	11,4	-2,4
Pinhal Litoral	9,3	7,4	2,2	9,7	4,7	1,4	6,1	-3,6
Pinhal Interior Norte	12,7	9,6	3,5	13,1	7,0	2,5	9,5	-3,6
Dão-Lafões	16,3	12,5	5,4	17,9	8,9	4,0	12,9	-5,0
Pinhal Interior Sul	13,7	9,4	3,1	12,4	7,4	2,3	9,7	-2,8
Serra da Estrela	11,5	9,8	3,2	12,9	7,0	2,3	9,3	-3,7
Beira Interior Norte	7,9	7,0	1,3	8,3	5,2	1,3	6,4	-1,9
Beira Interior Sul	6,3	6,4	1,3	7,7	4,5	1,2	5,7	-2,0
Cova da Beira	7,0	6,7	1,6	8,3	5,0	1,4	6,4	-1,8
Oeste	11,5	8,6	3,3	11,9	6,5	2,6	9,1	-2,8
Grande Lisboa	19,1	9,7	2,8	12,5	6,8	1,9	8,7	-3,8
Península de Setúbal	16,2	8,9	2,9	11,8	6,7	2,1	8,8	-2,9
Médio Tejo	10,2	8,0	2,5	10,5	5,7	1,8	7,5	-3,0
Lezíria do Tejo	11,4	9,0	3,1	12,1	6,7	2,1	8,8	-3,3
Alentejo Litoral	10,2	7,9	2,4	10,4	6,2	2,4	8,7	-1,7
Alto Alentejo	9,1	6,9	1,6	8,5	5,2	1,8	7,0	-1,5
Alentejo Central	9,7	7,4	2,6	10,1	5,4	1,9	7,4	-2,7
Baixo Alentejo	11,0	9,5	3,4	12,8	6,7	2,7	9,4	-3,4
Algarve	14,1	9,5	4,4	14,0	7,1	3,1	10,2	-3,8
Açores	—	13,4	7,2	20,5	9,9	5,9	15,8	-4,7
Madeira	—	12,7	8,5	21,2	9,5	6,8	16,2	-5,0

Notas: 1) Os dados de 1960 dizem respeito ao conceito de família complexa e não de agregado complexo; o primeiro usa um critério de consanguinidade na co-residência e o segundo apenas um critério estrito de co-residência. O censo de 1960 não permite decompor os agregados complexos em alargados e múltiplos. 2) O recorte territorial das NUT III aqui apresentadas é o de 1991. 3) Este valor nacional inclui sempre os Açores e a Madeira.

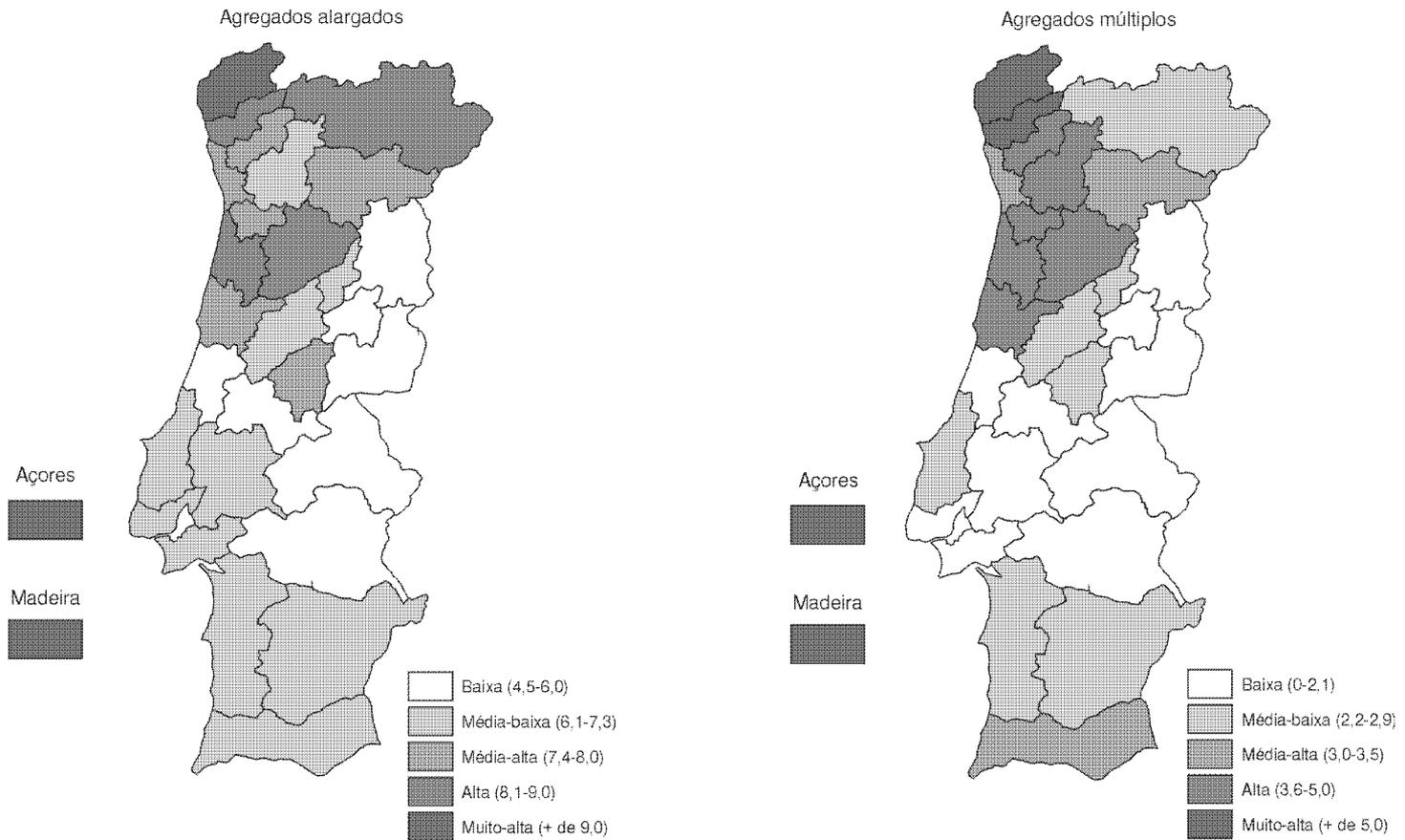
Fontes: dados 1960, Robert Rowland (1997) a partir de dados concelhios; dados 1991 e 2001, INE, Censos.

sendo a diferença entre o norte (particularmente o norte litoral) e o resto do país mais claramente marcada. Note-se a permanência constante de níveis muito altos de complexidade doméstica no Minho-Lima, nos Açores e na Madeira, últimos bastiões de resistência da complexidade acima dos 15% do total de agregados domésticos.

No entanto, diferenciando, em 2001, os mapas com a distribuição regional dos agregados alargados e múltiplos (figura 2), verificamos que a relativa clareza observada no mapa da complexidade total se complexifica.



**Figura 1** Complexidade doméstica por NUT III, 1960-1991-2001



**Figura 2** Agregados alargados e múltiplos por NUT III, 2001

De facto, se a grande diferença entre uma mancha mais carregada a norte e um sul, globalmente com menos complexidade doméstica (seja em que modalidade for), se mantém, constatamos que, no que diz respeito à percentagem de agregados alargados, existem algumas excepções, já que a região do Tâmega diminui consideravelmente face ao perfil global que apresenta, enquanto o peso relativo desta modalidade específica de complexidade por alargamento aumenta no Pinhal Interior Sul e no Alto Trás-os-Montes.

Analisando o panorama regional da multiplicidade, vemos que no Alto Trás-os-Montes se dá o movimento inverso, havendo uma diminuição face ao seu perfil global de complexidade doméstica. Por sua vez, o Algarve, apenas no respeitante à percentagem de agregados domésticos múltiplos, em 2001, apresenta uma espécie de retorno ao seu perfil global em anos censitários anteriores, com um aumento para um nível médio-alto.

A explicação para estas variações regionais será com certeza uma que procure relacionar as diferenças no peso relativo da complexidade doméstica (e das suas modalidades específicas) com variáveis regionais de caracterização socioeconómica. Impõe-se, portanto, a necessidade de futuros estudos ecológicos extensivos sobre esta temática, na senda, aliás, do trabalho de Rowland (1997). Isto sem descurar investigações mais monográficas e intensivas que nos restituam os contextos sociais, culturais e económicos concretos dos agregados domésticos e das suas práticas de organização familiar.

### Notas finais

Portugal apresenta ainda uma percentagem relativamente elevada de agregados domésticos de famílias complexas. No entanto e como vimos, este peso, relativo ou absoluto, tem vindo paulatinamente a diminuir desde 1960 até aos dias de hoje, sendo essa diminuição mais marcada ao longo da década de 1990 transacta.

O que verificamos é que a complexidade doméstica apresenta-se, cada vez menos, como uma espécie de fatalismo antropológico (como o trabalho de Descamps poderia levar alguns a pensar), inscrito nas matrizes profundas de reprodução do mundo camponês.<sup>12</sup> O movimento global da modernidade na sociedade portuguesa, acompanhado da melhoria das condições de vida da maioria da população nas últimas três décadas, potenciando a autonomização (pessoal e familiar), levou a que a complexidade doméstica seja, cada vez mais, algo característico de segmentos pouco qualificados da população, e que podem apresentar, como sabemos que muitas vezes apresentam, carências de recursos

---

12 Esse mundo tantas vezes pensado como estável e perene face à suposta “instabilidade” da modernidade urbana e individualizada.

para lidar com as exigências de organização da vida familiar. Tal é, muitas vezes, o caso das situações de monoparentalidade.

A diminuição dos níveis de complexidade doméstica parece estar também fortemente associada ao aumento de idosos sós, bem como à diminuição de jovens casais incapazes de autonomização residencial (e, portanto, acolhidos por outrem). Este movimento é, globalmente, um movimento de conjugalização e individualização doméstica que desgasta formas mais tradicionais e até comunitaristas de vivência familiar, tais como a complexidade.

Vimos, no entanto, e apesar da diminuição da complexidade no todo nacional, que algumas diferenças regionais continuam a marcar presença, com o norte do país e as ilhas a apresentarem globalmente maiores níveis de complexidade que o sul ou o interior (e, às vezes, como no caso da Beira Interior Norte, de um interior já acima do centro). Não obstante, são de sublinhar, porque quase paradigmáticas, as transformações ocorridas nos grandes centros urbanos do país: Lisboa e Porto. Grande Lisboa, primeiro (de 1960 para 1991), e o Grande Porto, depois (de 1991 para 2001), apresentam quebras muito significativas da complexidade doméstica, se tivermos em consideração que nas datas censitárias iniciais indicadas para cada uma dessas NUT III a percentagem de agregados domésticos complexos era muito alta.

A complexidade doméstica parece ser, portanto, uma forma de organizar a coabitação familiar cada vez mais ameaçada por tendências centrais da modernidade e pela maneira como esta se faz sentir e é protagonizada em Portugal.

### Referências bibliográficas

- Almeida, A. N., M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres e K. Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.
- Hammel, E., e P. Laslett, (1974), "Comparing household structure over time and between cultures", *Comparative Studies in Society and History*, XVI, pp. 73-103.
- Laslett, P., e P. Wall (orgs.) (1972), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Roussel, L. (1986), "Évolution récente de la structure des ménages dans quelques pays industriels", *Population*, 6, pp. 913-933.
- Rowland, R. (1997), *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta Editora.
- Wall, K. (1998), *Famílias no Campo*, Lisboa, D. Quixote.

Pedro Vasconcelos. Sociólogo. Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE.  
E-mail: pedro.vasconcelos@iscte.pt